



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 08 DE
FEVEREIRO DE 2019 - Nº 03/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Verificou-se a ausência do Sr. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, por motivos pessoais. Secretariou a reunião Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Agradecimento pela oferta de 7,5 kilos de Bolo-rei.

Requerente: Fundação José Relvas

Para Conhecimento:

Ponto 2 – Participação da Câmara Municipal de Alpiarça no âmbito da Consulta Pública aberta pela ANACOM em 10-01-2019.

Município de Alpiarça

Para Conhecimento:

Ponto 3 – Empréstimos BEI PT2020 – Autarquias – Mercado Municipal e Eficiência Energética – retificação do Período de Carência.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 4 – Proposta de deliberação sobre o exercício do Direito de Preferência do Município, na



alienação (em venda judicial), do Lote 107 da Zona Industrial.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 5 – Operação ALT-20-08-2316-FEDER-000048 – Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal – Reprogramação Financeira e Temporal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira, eram quinze horas e dez minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia sete de Fevereiro de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 219.036,73 euros (duzentos e dezanove mil trinta e seis euros e setenta e três cêntimos).

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS

Presidente da Câmara

Deu início à discussão e votação da Ata presente em reunião.

Proposta de Ata n.º 02/2019 - Reunião realizada no dia 31/01/2019

Não houve intervenções.

A Ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Vice-Presidente da Câmara

Apresentou um voto de pesar, pelo falecimento de Mário Machacaz Cadimas, que foi funcionário do Município e Bombeiro do Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça.

Fez de seguida a relação dos serviços efetuados desde a ultima reunião de Câmara, com destaque



para finalização das obras de melhoramento no interior e exterior da Casa dos Patudos.

Vereadora Sónia Sanfona

Solidarizou-se, em seu nome e do Vereador António Moreira, com o voto de pesar que foi apresentado pelo Vice-Presidente, pelo falecimento de Mário Machacaz Cadimas.

Fez de seguida uma intervenção sobre as transferências de competências para as autarquias locais e para as comunidades intermunicipais, discutidas ultimamente, quer nos órgãos autárquicos, quer na comunicação social. Disse compreender a recusa da autarquia, relativamente a algumas competências a transferir, dadas as dificuldades do município em as assumir e as características específicas do município, bem como a indefinição nalgumas matérias, nomeadamente o invólucro financeiro. Afirmou que quando foi proposto em reunião de Câmara a recusa em bloco de todas as transferências, que já tinham os decretos-lei enquadrados, entendeu fazer a apologia de que o município deveria ter feito uma triagem dessas competências e não uma recusa total que, na sua opinião, não tinha qualquer solidez. Entende que havia competências que não tinham qualquer impacto financeiro e que, por isso, não havia argumentação que pudesse justificar a sua não aceitação. Foi por esta razão que votaram contra a recusa do município de Alpiarça, da assunção de todas as competências que estavam propostas para transferir. Afirmou que as consequências desta decisão, deu razão à posição que assumiram, desde logo no que respeita ao bloqueio para a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal, relativas por exemplo, à gestão dos fundos comunitários. Entende que o facto de a Comunidade Intermunicipal não assumir essas competências, em virtude da votação negativa quanto à transferência das mesmas por parte de dois municípios, objetivamente, esta decisão é prejudicial ao município de Alpiarça. Disse que, pelo que sabe, foi feita a reprogramação do atual quadro financeiro, dessa reprogramação não está ainda feita a repartição entre municípios e teme que ela não se venha a fazer da forma que estava inicialmente programada. Reiterou que esta decisão vem alterar o que estava estatuído desde os anos noventa e colocar toda a região numa situação de incapacidade para tomar decisões vinculativas nestas matérias, julga que é uma arrogância que não tem justificação, sobretudo no que diz respeito a Alpiarça, que não é um município rico. Perguntou de seguida pelo Plano de Desenvolvimento Turístico para o Concelho e pretende saber qual é a perspetiva de implementação desse plano em termos de calendarização e as medidas que estão previstas.



Alertou para a situação de uma habitação onde existem pinheiros com pressionária, que podem criar problemas de saúde pública e quer saber se o município tomou alguma iniciativa para resolver este problema. Apresentou dois requerimentos, um solicitando espaços para atendimento ao público por parte dos Vereadores do Partido Socialista, outro a solicitar documentos sobre a Barragem dos Patudos e outros.

Vereador António Moreira

Solidariza-se também com o Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Machacaz Cadimas.

Falou que na Praça José Pinhão, há jovens, que nem são de Alpiarça, que continuam a praticar skate e que cada vez existem mais pedras partidas. Acha que o município ainda não teve coragem de resolver esta situação e impor respeito naquele local. Disse que, se o município não tomar providências, enquanto cidadão e Vereador irá tomá-las. Chamou a atenção para o parque de estacionamento ao lado das finanças, que se encontra com pedras da calçada soltas. Fez um apelo para as pessoas que moram em Alpiarça e não estão aqui recenseadas, para que legalizem essa situação e que o município faça um comunicado à população nesse sentido. Solicitou informação sobre a queixa que foi apresentada pela Câmara acerca dos contentores do lixo e contra quem foi essa queixa. Sobre as transferências de competências disse que um dos argumentos para a votação contra as mesmas, foi o facto de não estarem esclarecidas as transferências de verbas para as mesmas, pediu que se lesse o preâmbulo da lei que desmente essa não verdade e onde se garante os recursos financeiros, humanos e patrimoniais para a transferência de competências.

Vereador João Pedro Arraiolos

Começou por falar na Transferência de Competências dizendo que este processo já foi discutido neste órgão e na Assembleia Municipal e que foi integralmente cumprida a lei, não aceitando qualquer uma das competências, porque não estavam reunidas todas as condições. Seguidamente disse que este processo, que foi anunciado como a maior descentralização de responsabilidades, é um processo um pouco atabalhado porque, no fim de contas, acaba por não definir a transferência de competências. Mencionou que o Vereador António Moreira disse que todas as transferências seriam acompanhados pelos respetivos recursos financeiros, mas que, com base na leitura do artigo quinto da respetiva lei, se diz que são inscritos nos orçamentos dos anos dois mil e



dezanove, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, os montantes do fundo de financiamento da descentralização, que incorporam os valores a transferir para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que financiam as novas competências. Sublinhou que já passou o orçamento de estado de dois mil e dezanove e que o valor inscrito foi zero, dizendo que se começou logo bem com a lei da transferência de competências e que isto diz exatamente da forma como todo este processo está a ser desenvolvido. Deu nota que se fala da Transferência de competências em relação aos fundos comunitários como sendo o cerne de toda a questão, desviando a atenção de todo este processo. Observou que tem alguma expectativa para ver quantas CIMs da CCDR Alentejo irão aceitar estas competências, em relação a este assunto em concreto e mesmo ao nível do país, das mais variadas forças políticas, quantas as vão aceitar. Está convicto que a forma como este processo está a ser colocado e a limitação da autonomia de cada um dos municípios, em que todos têm de ir no mesmo sentido, não é a forma mais correta. Esclareceu que a transferência irá funcionar da mesma forma, ao nível da contratualização e que nem poderá ser de outra maneira, não podendo ser discriminatória e todos os municípios serão tratados de forma idêntica. Reitera que a gestão dos fundos comunitários irá funcionar da mesma forma como tem funcionado até hoje e acredita que mais de metade do país não irá receber esta competência a nível das CIMs. Acha que este processo, apresentado como um processo para o futuro do país, teria de ter a participação de todos, sem atropelos, parecendo que existe alguma intenção que a situação não corra da melhor forma, o que não faz qualquer sentido. Afirmou que não se deve atropelar a autonomia dos municípios que, felizmente, têm liberdade para escolher o seu caminho e reitera que a descentralização é positiva, considerando que é o poder que fica mais próximo dos cidadãos, que ficam beneficiados, mas, claramente, as transferências têm de ser acompanhadas dos recursos necessários e a experiência que existe não tem funcionado dessa mesma forma.

Vice-Presidente da Câmara

Começou por reforçar a ideia que os municípios são livres para tomar as decisões que entenderem e que as mesmas são tomadas em plena consciência. Reafirmou que a gestão dos fundos comunitários vão ser feitos através da CIMLT como têm sido feitos até agora. Quanto ao plano de desenvolvimento turístico, disse que o mesmo tem ações a curto, médio e longo prazo, que irão ser brevemente divulgadas e tornadas publicas e que se pretende cumprir o plano, conforme está



definido. Sobre o pinheiro que se encontra na Rua Queiroz Vaz Guedes disse que o município tem retirado as lagartas e limpo o espaço e que os proprietários já foram contactados, com o sentido de regularizar a situação. Os requerimentos apresentados serão entregues ao Sr. Presidente, para dar andamento. Em relação aos jovens que praticam skate na Praça José Pinhão, afirmou que a GNR já foi contactada de forma a evitar esta situação, bem como na zona da Biblioteca Municipal. Relativamente a pedras de calçada soltas disse que irá transmitir esta preocupação ao encarregado de forma a procurar a calçada. Sobre a queixa apresentada em relação aos contentores do lixo, disse desconhecer o ponto de situação mas que irá transmitir ao Presidente a solicitação desta questão.

De seguida colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Machacaz Cadimas, que foi aprovado por unanimidade.

Vereadora Sónia Sanfona

Clarificou a sua posição sobre a transferência de competências, afirmando que há algumas que não têm implicações para as autarquias, exatamente iguais, ou seja algumas pressupõem a capacidade da autarquia integrar pessoal e custos com determinadas atividades, com as responsabilidades daí inerentes, considerando aqui que, mediante a indefinição que havia, o município podia não ter condições para as assumir desde já, mas nem todas as competências exigem da autarquia o mesmo esforço ou a mesma capacidade e, designadamente, as transferências que eram para as comunidades intermunicipais, como é o caso da gestão dos fundos comunitários, não traz sobre a autarquia qualquer peso do ponto de vista quer pessoal, quer financeiro, que envolva dificuldades acrescidas.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Agradecimento pela oferta de 7,5 kilos de Bolo-rei.

Requerente: Fundação José Relvas



Para Conhecimento:

Foi dado conhecimento.

Ponto 2 – Participação da Câmara Municipal de Alpiarça no âmbito da Consulta Pública aberta pela ANACOM em 10-01-2019.

Município de Alpiarça

Para Conhecimento:

Foi dado conhecimento.

A Vereadora Sónia Sanfona solidarizou-se com a posição do Presidente.

Ponto 3 – Empréstimos BEI PT2020 – Autarquias – Mercado Municipal e Eficiência Energética – retificação do Período de Carência.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu os fundamentos do Ponto.

O Vice-Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido ratificada por unanimidade a autorização do Presidente.

Ponto 4 – Proposta de deliberação sobre o exercício do Direito de Preferência do Município, na alienação (em venda judicial), do Lote 107 da Zona Industrial.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Vice-Presidente apresentou a proposta, não tendo havido intervenções.

Colocado à votação, foi deliberado por unanimidade não exercer o direito de preferência.

Ponto 5 – Operação ALT-20-08-2316-FEDER-000048 – Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal – Reprogramação Financeira e Temporal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Engenheiro José Portugal esclareceu os fundamentos desta operação.



O Vice-Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, a aceitação de Reprogramação Financeira e Temporal da Operação de Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezasseis horas e doze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e assino.